2.º período:

Início dos trabalhos escolares — 15 de Fevereiro de 1966.
Fim do período — 31 de Julho de 1966.
Férias — de 1 a 31 de Agosto de 1966.

3.º período:

Início dos trabalhos escolares — 1 de Setembro de 1966.
Fim do período — 14 de Fevereiro de 1967.

4.º período:

Início dos trabalhos escolares — 15 de Fevereiro de 1967.
Fim do período — 31 de Julho de 1967.
Férias — de 1 a 31 de Agosto de 1967.

5.º período:

Embarque — de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 1967.

II fase

6.º período:

Início dos trabalhos escolares — 1 de Janeiro de 1968.
Fim dos trabalhos escolares — 30 de Abril de 1968.
Embarque — de 1 a 19 de Maio de 1968.
Fim do período — 19 de Maio de 1968.

7.º período:

Início dos trabalhos escolares — 20 de Maio de 1968.
Férias — de 1 a 31 de Agosto de 1968.
Fim dos trabalhos escolares — 15 de Novembro de 1968.
Estágios — de 16 de Novembro a 26 de Dezembro de 1968.
Embarque — de 27 de Dezembro de 1968 a 10 de Janeiro de 1969.
Promoção a guarda-marinha — referida a 11 de Janeiro de 1969.

Ministério da Marinha, 30 de Junho de 1965. — O Ministro da Marinha, *Fernando Quintanilha Mendonça Dias*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 8 de Junho em curso, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 3.º

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Teatro Nacional de S. Carlos

Artigo 673.º «Outros encargos»:

Do n.º 1) «Subsídios não reembolsáveis»:
Alínea 5 «Escola do corpo coral» — 27 042\$80

Do n.º 2) «Subsídios reembolsáveis no todo ou em parte»:
Alínea 2 «Espectáculos realizados por diversas entidades com fins beneficentes ou outros» — 30 000\$00
— 57 042\$80

Para o n.º 1) «Subsídios não reembolsáveis»:
Alínea 6 «Espectáculos populares de ópera» + 57 042\$80

Esta alteração mereceu, por despacho de 11 de Junho de 1965, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento.

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 21 de Junho de 1965. — O Chefe da Repartição, *Albertino Marques*.

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 8 de Junho em curso, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

CAPÍTULO 5.º

Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional

Instituto Comercial de Lisboa

Artigo 783.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» — 299 975\$00

Para o n.º 2) «Pessoal contratado não pertencente aos quadros»:

Professores ordinários e auxiliares, provisórios e mestres provisórios + 299 975\$00

Conforme o preceituado no artigo 14.º do Decreto n.º 46 091, de 22 de Dezembro de 1964, esta alteração mereceu, por despacho de 11 de Junho de 1965, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento.

10.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 21 de Junho de 1965. — O Chefe da Repartição, *Albertino Marques*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIAS DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO COMÉRCIO

Portaria n.º 21 362

Em cumprimento do disposto no n.º 1.º do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 42 165, de 27 de Fevereiro de 1959, que cometeu à Junta Nacional dos Produtos Pecuários a missão de organizar e proceder ao ordenamento económico das actividades avícolas, elaborou-se o despacho normativo da comercialização dos produtos avícolas, publicado no *Diário do Governo* n.º 59, 1.ª série, de 13 de Março de 1961.

Decorridos quatro anos, verifica-se que, para a estruturação em vista, se torna necessário definir a correcta cadeia de comercialização, fixar as respectivas margens das actividades intervenientes e, ainda, estabelecer mais algumas disposições com vista à normalização que se pretende.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado da Agricultura e do Comércio, o seguinte:

1.º Na comercialização dos produtos avícolas só podem intervir as seguintes entidades:

- a) Produtores ou suas associações;
- b) Grossistas;
- c) Retalhistas.